



CNPJ nº 88.747.928/0001-85
Carta Patente SUSEP nº 020
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:

A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2022.

Cenário econômico

O ano de 2022 prometeu ser marcado pela continuidade das reformas estruturais, porém foi fortemente atingido pelos efeitos econômicos decorrentes da pandemia. A crise mundial também atingiu nosso País e todos os setores foram atingidos de alguma forma. De qualquer sorte, o mercado de previdência privada tem apresentado

oportunidades de crescimento contínuas. A previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade

A Entidade apresentou no exercício de 2022 um superávit de R\$ 15 mil, resultado impactado pelo aumento das despesas administrativas e uma redução nos resultados financeiros.

A Entidade reinvestiu seu superávit e não distribuiu resultados aos participantes.

Organização estatutária

Não houve, no exercício de 2022, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária. O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é

atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

Controles internos

A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado. Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras

A Entidade continuará a enviar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2023.

A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro		Em milhares reais	
	2022	2021	
Ativo			
Circulante	34.947	40.883	
Disponível	19.805	18.361	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	19.805	18.361	
Aplicações (Nota 6)	13.427	20.310	
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	1.083	1.288	
Valores a receber	1.083	1.288	
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	598	916	
Títulos e créditos a receber	242	766	
Assistência financeira a participantes	247	12	
Outros créditos	109	138	
Outros valores e bens (Nota 10)	22	8	
Bens a venda	22	8	
Despesas antecipadas (Nota 7)	12	-	
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	12	-	
Não circulante	6.271	4.658	
Realizável a longo prazo	6.271	4.658	
Títulos e créditos a receber	4.504	2.340	
Assistência financeira a participantes (Nota 6(g))	2.490	196	
Depósitos judiciais (Nota 8)	2.014	2.144	
Outros valores e bens	1.737	2.318	
Outros valores e bens (Nota 9)	1.737	2.318	
Despesas antecipadas (Nota 7)	30	-	
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	30	-	
Total do ativo	41.218	45.541	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social					Em milhares reais	
	Reserva patrimonial	Retenção de superávit	Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total	
Em 1º de janeiro de 2021	3.204	18.178	1.811	23.193		
Reversão da Reserva de Contingências			(256)	256		
Superávit do exercício				2.662	2.662	
Destinação do superávit		2.918		(2.918)		
Em 31 de dezembro de 2021	3.204	21.096	1.555	25.855		
Reversão da Reserva de Contingências			(128)	128		
Superávit do exercício				15	15	
Destinação do superávit		143		(143)		
Em 31 de dezembro de 2022	3.204	21.239	1.427	25.870		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta, atuando em todo território nacional. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 24 de fevereiro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequação da conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante. Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, por exemplo, os investimentos em classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio social. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as operações de títulos e créditos a receber, operações de assistência financeira, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os valores registrados nas contas de créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e créditos resultantes da venda de investimentos (imóveis), incluindo a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluindo o risco de crédito do emissor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade

Demonstração do resultado		Exercícios findos em 31 de dezembro		Em milhares reais	
	2022	2021		2022	2021
Variações de outras provisões técnicas	(7)	(76)			
Benefícios retidos	(1.108)	129			
Contribuições para cobertura de riscos	6.433	6.768			
Varição das provisões técnicas de prêmios	617	1.362			
Prêmio ganho	7.050	8.130			
Sinistros ocorridos (Nota 22)	(706)	(2.656)			
Custo de aquisição (Nota 22)	(277)	(92)			
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	(1.757)	(963)			
Despesas administrativas (Nota 22)	(5.692)	(4.591)			
Despesas com tributos (Nota 22)	(275)	(249)			
Resultado financeiro (Nota 22)	2.571	3.112			
Resultado patrimonial (Nota 22)	(1)	(210)			
Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 22)	217	128			
Superávit do exercício	15	2.662			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto		Exercícios findos em 31 de dezembro		Em milhares reais	
	2022	2021		2022	2021
Atividades operacionais					
Superávit do exercício		15	2.662		
Varição nas contas patrimoniais:					
Ativos financeiros	6.883	(4.795)			
Créditos das operações com previdência complementar		205	288		
Depósitos judiciais e fiscais		130	470		
Outros ativos	(1.451)	11.966			
Impostos e contribuições		344	(93)		
Outras contas a pagar	(3.145)	5.342			
Débito das operações com previdência complementar		(4)	3		
Depósito de terceiros		(46)	(516)		
Provisões técnicas - previdência complementar	(1.271)	(2.791)			
Provisões judiciais	(216)	(33)			
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.444	12.503			
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.444	12.503			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.361	5.858			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.805	18.361			
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.444	12.503			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares reais

Superávit do exercício	15	2.662
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	15	2.662

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR):

constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:

- contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;
- Data de início e término de vigência do risco; e
- Data de emissão do risco.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro;
Juros de Mora;
Atualização Monetária; e
Probabilidade de perda judicial (para Benefícios vinculados a processos judiciais).

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro;
Juros Remuneratórios do Plano;
Atualização Monetária;
Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e
Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Resgates (quando aplicável);
Valores de devolução de contribuições (quando aplicável);
Outros valores a regularizar; e
Atualização monetária.

Teste de adequação dos passivos - TAP

Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade.

O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2022 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados.

Para esse teste, a Entidade elaborou metodologia que considera a sua melhor estimativa para cada um dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, sempre utilizando premissas correntes e realistas para o teste. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. A metodologia elaborada pela Entidade leva em consideração elementos que impactam diretamente no fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como níveis de permanência dos participantes no plano, taxas de mortalidade da Tábua BR-EMS-2021 M&F publicada pela SUSEP, além da já mencionada taxa de juros livre de risco.

O TAP seguiu o que determina a Circular SUSEP nº648/2021, conforme demonstrado na Nota 17.

2.9 Obrigações a pagar

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata" dia).

Continua...